



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 083/2015 - NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS - EXCLUSIVO PARA ME/EPP

A **Prefeitura Municipal de Iúna-ES** e a **Secretaria Municipal de Saúde** tornam público que realizará "Pregão Presencial", sob o critério "menor preço" para formar **Registro de Preços de Serviços de Recauchutagem em Pneus**, conforme Processo nº 3347/2015 devidamente autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Saúde. O certame será realizado pela Pregoeira Municipal e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 316/2015 e será regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei complementar nº 123/2006 e 147/2014, Lei nº 8.666/93, Lei municipal nº 2.123/2008, Decreto municipal nº 449/2010, bem como por demais normas de direito público aplicáveis e pelas regras previstas neste Edital e respectivos anexos, que o integram.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O pregão presencial será realizado em sessão pública, na sala de reuniões de licitações, localizada no primeiro andar do edifício sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Desembargador Epaminondas do Amaral, nº 58, Centro, Iúna-ES, CEP 29.390-000, e os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira, assistido pela Equipe de Apoio.

1.2. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos, que seguirão o horário de Brasília:

I – Início do credenciamento dos fornecedores: 12h10 do dia 14 de janeiro de 2016;

II – Término do prazo para o credenciamento e entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e documentos de habilitação: 13h00;

III – momento de abertura dos envelopes de propostas: 13h00;

IV – Início da etapa de lances: 14h00.

1.2.1. Depois do horário referido no inciso III do item 1.2, não se admitirá, sob nenhuma hipótese, a apresentação de envelopes por novos licitantes.



1.2.2. Caso a sessão pública não se encerre até as 18 horas, a critério da Pregoeira, o ato poderá ser suspenso e retomado na primeira ocasião disponível, cientificados os licitantes presentes.

1.3. Os envelopes de proposta e habilitação devem ser autônomos, a serem entregues separadamente a Pregoeira, e, ainda, devem estar lacrados, rubricados, e conter na parte externa, além da identificação completa do licitante os seguintes dizeres: "Prefeitura Municipal de Iúna - Pregão Presencial nº 083/2015 - Registro de Preços, Envelope 1 – PROPOSTA"; e "Prefeitura Municipal de Iúna - Pregão Presencial nº 083/2015 - Registro de Preços, Envelope 2 – HABILITAÇÃO".

1.3.1. Caso queira, o licitante poderá utilizar o seguinte modelo de etiqueta:

<p>RAZÃO SOCIAL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Prefeitura Municipal de Iuna PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2015 REGISTRO DE PREÇOS Envelope nº 001 – PROPOSTA</p>	<p>RAZÃO SOCIAL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Prefeitura Municipal de Iuna PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2015 REGISTRO DE PREÇOS Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO</p>
---	--

1.3.2. Os envelopes podem ser remetidos por meio postal, situação em que além dos envelopes de proposta e habilitação deve ser enviado envelope com o rótulo "DECLARAÇÃO" contendo a documentação referida nos itens 5.5, 5,6 (se microempresa ou empresa de pequeno porte) e 5.6.1 (se microempresa ou empresa de pequeno porte que não ostente regularidade fiscal);

1.3.2.1. No caso do item 1.3.2, sugere-se que os três envelopes (de propostas, habilitação e declaração), devidamente separados, sejam encaminhados dentro de invólucro único, maior, a ser endereçado à Prefeitura Municipal, aos cuidados da Pregoeira, informando o número do pregão, data e horário.

1.4. Ressalvados os documentos a serem elaborados e firmados pelo próprio licitante, todos os demais necessários à participação no certame podem ser apresentados em versão original, por cópia autenticada por tabelião de notas ou, ainda, por cópia simples, a ser autenticada por servidor da Administração mediante apresentação do original para conferência, desde que seja solicitada antes do horário da abertura dos envelopes de propostas.

1.4.1. A validade de certidões obtidas na *internet* será confirmada pela Pregoeira no momento adequado da sessão de julgamento.



1.4.2. Para as certidões que não expressem os respectivos prazos de validade, reputar-se-ão válidas por sessenta dias, contados de sua emissão, salvo disposição expressa em sentido contrário neste Edital.

1.5. Pedidos de esclarecimento e consultas podem ser formulados até três dias úteis anteriores à data referida no item 1.2 e deverão ser encaminhados por meio eletrônico (licitacao@iuna.es.gov.br), *fac-símile* (28-3454-3066) ou, ainda, ser feitos pessoalmente junto a Pregoeira, em dias úteis, das 12 às 18 horas.

1.5.1. Na consulta, deve-se fazer referência ao número do presente Edital.

1.6. As despesas decorrentes deste certame correrão pelas dotações orçamentárias abaixo, e os empenhos serão feitos na medida necessária à cobertura das autorizações de fornecimento:

020001.0412200022.008.33903900000 – Ficha 007,
050001.0412200052.012.33903900000 – Ficha 042,
070001.2012200082.020.33903900000 – Ficha 079,
080001.1212200122.023.33903900000 – Ficha 099,
080002.1236100132.032.33903900000 – Ficha 137,
090001.1512100162.042.33903900000 – Ficha 169,
100001.2678200182.048.33903900000 – Ficha 195,
120001.0824300252.062.33903900000 – Ficha 203,
120001.0824400252.063.33903900000 – Ficha 210,
110001.1030100192.050.33903900000 – Ficha 008,
110002.1030100202.052.33903900000 – Ficha 024.

2. OBJETO DO CERTAME:

2.1. O presente certame visa a formar **Registro de Preços de Serviços de Recauchutagem em Pneus**, conforme características, condições e quantitativos descritos no anexo 1 deste Edital.

2.2. As condições gerais da contratação, como prazos, forma de execução e pagamento, reajuste, dentre outras, estão previstas na Ata de Registro de Preços (anexo 10).

2.3. Esta licitação contém lotes destinados exclusivamente a microempresa e empresa de pequeno porte.

3. VIGÊNCIA DA ATA E DAS CONTRATAÇÕES E VALIDADE DAS PROPOSTAS E DOS PREÇOS REGISTRADOS:



3.1. A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação resumida no Diário Oficial do Estado, vedada sua prorrogação.

3.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços – que poderão ser formalizadas pelos instrumentos subsidiários tratados no art. 62 da Lei nº 8.666/93, desde que observadas as condições pertinentes – vigorarão do recebimento da autorização de fornecimento pelo contratado até o pagamento por parte da Administração, observados os prazos para o fornecimento previstos na Ata de Registro de Preços.

3.3. Encerrada a vigência da Ata, é vedada a formalização de novas contratações dela decorrentes.

3.3.1. Encerrada a vigência da Ata, seu subscritor não poderá receber novas autorizações de fornecimento, ainda que datadas e expedidas antes do vencimento da Ata.

3.4. A administração dispõe de noventa (90) dias, contados da data referida no item 1.2, para convocar o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços, sendo esse o prazo mínimo de validade da proposta.

3.5. Os preços registrados vincularão os respectivos proponentes enquanto vigor a Ata de Registro de Preços.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1. A participação no presente certame depende do preenchimento de todas as condições previstas neste Edital, incluídos seus anexos, bem como na legislação pertinente.

4.2. Não podem participar do certame interessados que se enquadrem em ao menos uma dessas situações:

I – estejam constituídas na forma de consórcio;

II – estejam cumprindo as sanções previstas no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 ou art. 7.º da Lei 10.520/2002 aplicadas pela Prefeitura Municipal de Iúna;

III – estejam cumprindo a pena prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, imposta pela Prefeitura Municipal de Iúna ou por qualquer outro ente da Administração Pública nacional, direta ou indireta;



IV – estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;

V – não cumpram o disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

VI – estejam enquadradas nas situações previstas nos incisos do art. 9.º da Lei nº 8.666/93 ou no art. 90 da Lei Orgânica Municipal, em especial:

a) que seja ou tenha em seus quadros societários ou como dirigente, administrador ou gerente servidor municipal efetivo, contratado, comissionado, eletivo ou temporário;

b) o autor do projeto básico ou executivo;

c) a empresa que tenha o autor do projeto como dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de cinco por cento do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado – ressalvado o disposto no art. 9.º, § 1.º, da Lei nº 8.666/93;

VII – não cumpram os requisitos de habilitação.

4.3. A só participação neste certame – que se dá mediante apresentação dos envelopes pertinentes –, implica ciência e concordância do interessado com todos os termos do Edital, inclusive as condições traçadas para a futura execução da contratação. Qualquer ressalva levantada pelo licitante levará a sua inabilitação ou desclassificação, a depender do caso.

5. CREDENCIAMENTO:

5.1. O licitante que tiver interesse em participar da fase de lances ou, eventualmente, interpor recurso deverá promover o credenciamento de pessoa para representá-lo na sessão pública.

5.1.1. A não realização de credenciamento implicará a renúncia ao direito de participar da etapa de lances orais, bem como de manifestar interesse recursal.

5.2. O credenciamento ocorrerá na data, horário e local referidos no item 1.

5.3. Caso o sujeito a ser credenciado seja sócio com poderes de administração ou diretor (ou denominação equivalente) devidamente designado no ato constitutivo de “licitante pessoa jurídica” ou em ata de eleição ou, ainda, se o sujeito a ser credenciado for o próprio “licitante pessoa física”



(empresário individual ou não, quando admitidos), o credenciamento depende da apresentação de documentos de habilitação jurídica (item 7.2) pertinentes à sua forma de constituição.

5.3.1. Caso o sujeito a ser credenciado não se enquadre na situação do item 5.3, além da documentação lá referida, é preciso que se apresente carta de credenciamento ou procuração (uma ou outra, com firma reconhecida) que confira ao representante poderes para agir em nome do licitante, inclusive para oferecer lances orais de preços, firmar declarações, desistir, renunciar ou manifestar interesse recursal, assinar a ata e praticar todos os demais atos necessários à participação do certame em nome do licitante.

5.3.2. Tanto na situação do item 5.3 quanto na do item 5.3.1, o sujeito credenciado deve apresentar a Pregoeira documento oficial com foto que dê condições de aferir sua identidade.

5.4. Os documentos de habilitação jurídica apresentados para fins de credenciamento não precisam ser novamente encaminhados no envelope de habilitação.

5.4.1. O licitante que não credenciar representante deverá encaminhar seus documentos de habilitação jurídica no envelope de habilitação.

5.5. Feito o credenciamento, o representante do licitante apresentará declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de relação de parentesco (anexo 4).

5.5.1. Caso o credenciado não traga consigo a declaração previamente redigida, poderá ele firmá-la na sessão, perante a Pregoeira.

5.5.2. Caso o licitante não credencie representante, a declaração de que trata o item 5.5 deverá ser apresentada em envelope autônomo denominado "declaração", distinto dos de proposta e habilitação.

5.5.3. A não apresentação da declaração ou a recusa em fazê-lo implicará inabilitação precoce do licitante.

5.5.4. O licitante deverá informar, na forma do anexo 4, eventual relação matrimonial, de união estável ou de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, entre o próprio licitante (se pessoa natural), seus sócios, dirigentes, administradores ou gerentes, com qualquer servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.



5.5.5. A existência da relação prevista no item 5.5.4 não impede a participação do licitante no certame, porém deve ser informada para fins de controle.

5.5.6. Caso haja o vínculo referido no item 5.5.4, promover-se-á, logo que possível, a disponibilização de tal informação no *site* da Prefeitura Municipal de Iúna (www.iuna.es.gov.br), no *link* pertinente à presente licitação, franqueado o acesso público.

5.5.7. Se o vínculo de parentesco, união estável ou matrimônio estiver estabelecido com membro da equipe de apoio, o servidor se afastará dos trabalhos de assessoramento assim que descoberto o fato, o que deverá constar nos autos. Se o vínculo for com a Pregoeira, além de seu afastamento e substituição imediata, a adjudicação caberá necessariamente ao pregoeiro substituto, salvo se houver recurso.

5.5.8. A omissão de eventual relação prevista no item 5.5.4 levará à aplicação ao licitante de multa de 0,5% (meio por cento) do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir integralmente das benesses da Lei complementar nº 123/2006 e 147/2014 deverão comprovar essa condição no momento do credenciamento, e o farão por meio de declaração de que não paira sobre o licitante nenhum dos impedimentos previstos no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 (anexo 6) e ainda:

I – comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* do Ministério da Fazenda; ou

II – se não optante do Simples, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, em que se ateste a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.6.1. Caso o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte não goze de regularidade fiscal por ocasião da apresentação do envelope de habilitação, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deve ser feita, porém consignando-se a ressalva a respeito da regularidade fiscal e, ainda, o compromisso de que, caso se sagre vencedor, providenciará a regularização de que trata o § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 147/2014, no prazo lá estipulado, sob pena de, se não o fizer, sofrer as consequências cominadas no § 2.º do mesmo dispositivo (anexo 7).



5.6.2. Mesmo o licitante enquadrado na situação do item 5.6.1 deverá apresentar toda a documentação necessária à sua habilitação no envelope pertinente (envelope 2 – Habilitação), inclusive a que consigna sua irregularidade fiscal.

5.6.3. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (item 5.6) e a declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação (item 5.5) ou a declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação salvo à regularidade fiscal (item 5.6.1) devem ser apresentadas por ocasião do credenciamento na forma do item 5.5;

5.6.4. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte não se credencie, a documentação referida no item 5.6.3 deverá ser apresentada automaticamente, fora dos envelopes de proposta e habilitação, preferencialmente dentro do envelope DECLARAÇÃO, de que trata o item 1.3.2;

6. PROPOSTAS:

6.1. A proposta será apresentada no “envelope 1 – Proposta” a ser formulada modelo proposta automática, item 6.8, ou modelo referido no anexo 2 em uma via, digitada ou datilografada, que contenha a identificação do licitante (Razão Social e CNPJ), datada, assinada e se possível carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

6.1.1. A proposta consignará, ainda, o seguinte:

I – discriminação do objeto ofertado conforme especificações e condições previstas no anexo 1;

II – a validade da proposta e a dos preços registrados;

III – quantidade equivalente ao máximo estimado e preço unitário para cada um dos lotes a que pretende concorrer, vedada a oferta de quantidade inferior por lote, devendo o preço unitário e global serem cotados em Real com utilização de até duas casas decimais após a vírgula (R\$X,XX), que também deverá vir redigido por extenso.

6.1.2. As propostas feitas no programa automático da E&L estão dispensadas do valor redigido por extenso.



6.1.3. Em eventual divergência entre a indicação numérica do preço e sua referência por extenso, prevalecerá este último.

6.1.4. Também é obrigatória a indicação na proposta do endereço físico, endereço eletrônico (*e-mail*) e telefone. Se houver *fac-símile*, deve este ser indicado. Tais dados serão utilizados pela Administração para realização de comunicações destinadas ao licitante/contratado.

6.2. O preço ofertado incluirá todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, licenças, fretes e outros custos relacionados aos serviços, inclusive garantias. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, sob qualquer pretexto.

6.3. A proposta que não atender as regras deste Edital e a legislação pertinente será desclassificada.

6.4. Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou não previstas neste edital.

6.5. As propostas terão que trazer as expressões contidas no Anexo 1 - B, não usando sinônimos técnicos ou omissões referentes à especificação do objeto.

6.6. Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada lote ou item.

6.7. Serão desclassificadas as propostas desconformes ou incompatíveis, com preços simbólicos, irrisórios ou negativos, observados os critérios do Art. 48, II, da Lei nº 8.666/93, bem como as que consignem preços superiores aos praticados no mercado.

6.7.1. O juízo acerca da aceitabilidade do melhor preço será feito depois de encerrada a etapa de lances.

6.8. O licitante poderá apresentar 'proposta automática' gerada pelo programa da E&L, gravada em CD-ROM ou pendrive. A mídia digital deve ser apresentada dentro do 'Envelope 1 – Proposta'. A proposta impressa deverá ser a gerada pelo programa (proposta automática).

6.8.1. O arquivo da proposta automática será fornecido pelo setor de licitação através de requerimento via e-mail constando os dados da empresa que irá participar do certame.



6.9. O critério de julgamento será:

I – de “menor preço unitário”.

6.9.1. O licitante deve indicar o preço unitário e total de cada item inserido no lote a que pretende concorrer.

6.9.2. Independentemente do critério de julgamento, a pregoeira analisará a aceitabilidade tanto do preço global do lote quanto dos preços unitários dos itens como condição para o acolhimento final da proposta.

7. HABILITAÇÃO:

7.1. A habilitação dos licitantes depende da apresentação, no “Envelope 2 – Habilitação”, da documentação referida nos itens seguintes, que digam respeito às respectivas realidades organizacionais.

7.2. A **Habilitação Jurídica** dependerá da apresentação de:

I – registro comercial, no caso de empresário individual;

II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou contrato consolidado em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

III – Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a diretoria em exercício;

IV – Decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.1. Caso a documentação referida no item 7.2 tenha sido apresentada para fins de credenciamento, não é preciso incluí-la no “envelope 2 – Habilitação”.

7.3. A **Qualificação Econômico-Financeira** depende da apresentação de:



I - certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Comarca em que estiver sediado o licitante.

7.3.1. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar a certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial em seu favor, sem prejuízo da relativa à matriz.

7.3.2. Caso esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá o licitante apresentar certidão emitida pelo órgão jurisdicional competente que ateste que está apto econômica e financeiramente a execução o objeto licitado, bem como encaminhar a documentação que permita aferir sua real situação.

7.3.3. Mesmo na situação do item 7.3.2. não fica o licitante dispensado de apresentar a certidão prevista no item 7.3., ainda que positiva.

7.4. A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** depende da apresentação dos seguintes documentos:

I – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal;

III – prova de regularidade com a Fazenda Pública do Estado em que sediado o licitante;

IV – prova da regularidade com a Fazenda Pública do Município em que sediado o licitante;

V – prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VI – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

7.4.1. As certidões de que trata o item 7.4 deverão se referir ao mesmo CNPJ exposto na proposta do licitante.

7.4.2. Caso o objeto do contrato venha a ser executado por filial, deve-se também apresentar as certidões referidas no item 7.4 em seu favor, sem prejuízo das relativas à matriz.



7.4.3. Aos licitantes enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte que não gozem de regularidade fiscal será facultada a regularização na forma do § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 147/2014.

7.5. **Demais documentos:**

I – alvará de localização e funcionamento emitido pelo Município sede da empresa.

7.6. A habilitação do licitante depende da apresentação de declaração de que cumpre o **inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República.**

7.7. As **microempresas e empresas de pequeno porte** interessadas em fruir os benefícios da Lei complementar nº 123/2006 comprovarão essa condição mediante a apresentação dos documentos referidos no item 5.6.

7.7.1. A documentação referida no item 7.7 deve ser apresentada nos termos dos itens 5.6.3. ou 5.6.4, a depender do caso;

7.8. O licitante poderá deixar de apresentar parte dos documentos de habilitação se tiver Certificado de Registro Cadastral (CRC), expedido na forma do anexo 8, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

7.8.1. Os documentos referidos no CRC, desde que dentro dos respectivos prazos de validade, não precisam ser reapresentados no “envelope 2 – Habilitação”.

7.8.2. Os documentos não referidos no CRC do licitante que sejam necessários para a habilitação nesta licitação – ou que, apesar de referidos, estejam vencidos – devem ser apresentados dentro do “envelope 2 – Habilitação”.

7.8.3. O licitante que quiser utilizar o CRC deverá apresentá-lo no “envelope 2 – Habilitação” acompanhado de declaração de inexistência de fato superveniente à expedição do CRC que impeça sua participação no certame (anexo 9) e, ainda, a documentação a que se refere o item 7.8.2.

7.8.4. A apresentação de CRC não exige o licitante que queira credenciar representante de cumprir fielmente os trâmites previstos nos itens 5.3, 5.3.1 e 5.3.2, incluída a apresentação dos documentos lá exigidos.



8. PREPARATIVOS E PROCEDIMENTO DA SESSÃO PÚBLICA:

8.1. No local, data e hora designados nos itens 1.1 e 1.2, far-se-á o credenciamento na forma prevista no item 5 e respectivos subitens.

8.1.1. A pregoeira abrirá nesse momento o envelope que contém a declaração de que trata o item 5.5.2 remetido pelos licitantes que não credenciaram representante.

8.1.2. Os licitantes que não apresentem a declaração referida no item 5.5, nem pessoalmente, nem em envelope, serão inabilitados nesse momento.

8.2. A Pregoeira identificará publicamente os licitantes que, credenciados, comprovaram sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.3. Ultrapassada a fase de credenciamento, a Pregoeira, na hora designada, receberá os envelopes de proposta e habilitação, e, a partir desse momento, não serão admitidos novos licitantes.

8.3.1. O licitante é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação, dentre outros, a apresentação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase se porventura a Pregoeira vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade do licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4. Abertos os envelopes de propostas (envelope 1 – Proposta), a Pregoeira analisará preliminar e provisoriamente os requisitos de aceitabilidade e as ordenará em ordem crescente com base no critério de julgamento.

8.4.1. Serão corrigidos pela Pregoeira eventuais erros evidentes de cálculo.

8.4.2. A falta, na proposta, de data, valor por extenso, rubrica, assinatura, indicação de endereço, físico ou virtual, validade, telefone e/ou *fac-símile* poderá ser preenchida pelo sujeito credenciado pelo respectivo licitante, se houver, e desde que esteja presente na sessão.

8.4.3. A falta de CNPJ e/ou endereço poderá ser suprida pelos dados constantes na declaração de que trata o item 5.5.



8.5. Ordenadas as propostas, apenas o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances orais e sucessivos, até que se proclame o vencedor.

8.5.1. Caso não haja ao menos três ofertas nas condições definidas no item 8.5, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances orais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.5.2. A Pregoeira convidará individualmente os licitantes com as propostas admitidas à etapa de lances, sequencialmente, a apresentar lances orais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e, sucessivamente, os demais em ordem decrescente de valor.

8.5.3. Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

8.5.4. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances orais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.5.5. A Pregoeira durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias para manter a ordem do certame.

8.5.6. Não poderá haver retratação ou desistência dos lances ofertados. Eventual descumprimento dessa regra sujeitará o proponente às penalidades pertinentes.

8.5.7. Caso o licitante tenha ofertado valor em algum item ou lote considerado irrisório, inexecutável ou outra circunstância que gere sua inaceitabilidade, causado por erro de cálculo, digitação ou durante a formulação da proposta e desde que isso fique comprovado na sessão, diante dos demais proponentes, o licitante poderá solicitar o cancelamento do lance, ficando a decisão a cargo da Pregoeira.

8.6. Encerrada a fase de lances, e concluída a negociação, se a melhor proposta não for de microempresa ou empresa de pequeno porte – previamente identificadas no credenciamento –, a Pregoeira lhes franqueará a possibilidade de cobrir a então melhor oferta, desde que suas propostas sejam até cinco por cento superiores, seguidos os seguintes critérios:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convidada a apresentar proposta de preço inferior à então melhor oferta, e, se assim fizer, sua proposta será declarada vencedora;



II – caso a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte convidada na forma do inciso I do item 8.6 não cobrir o preço, serão convidadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese desse mesmo item (8.6), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - em caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação do item 8.6, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada na situação do item 8.6 terá o prazo máximo de cinco minutos para exercer a faculdade lá estabelecida, contados do convite feito pela Pregoeira.

8.6.2. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos incisos do item 8.6, será declarada vencedora a melhor proposta ofertada por licitante que não seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.7. Definida a proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira decidirá motivadamente acerca de sua aceitabilidade.

8.7.1. Caso a definição da aceitabilidade da proposta dependa de informações que não possam ser obtidas durante a sessão como, por exemplo, parâmetro do preço atual de mercado, condições técnicas dos produtos, dentre outros, a Pregoeira suspenderá o ato e diligenciará pela solução da questão, no que poderá contar com auxílio de servidores ou terceiros, necessariamente isentos.

8.7.2. Caso a melhor proposta não seja classificada, proceder-se-á ao exame da aceitabilidade das propostas subsequentes, para o que, se preciso, poder-se-á utilizar do procedimento previsto no item 8.7.1.

8.8. Classificada a melhor proposta, a Pregoeira abrirá o envelope de habilitação do respectivo licitante.

8.8.1. Se o licitante que apresentou a melhor proposta classificável não for habilitado, abrir-se-á o envelope de habilitação do segundo colocado observado o item 8.7 e respectivos subitens, a fim de analisar os respectivos documentos.

8.8.2. O procedimento do item 8.8.1 se repetirá até que se identifique licitante que tenha formulado proposta aceitável e que tenha condições de ser habilitado, para que se defina o vencedor.



8.8.3. Tanto nos casos em que a melhor proposta não for aceitável em razão de elevação do preço quanto nas situações em que os demais licitantes são convidados, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.8.A. Se, em lotes destinados à disputa exclusiva por microempresa ou empresa de pequeno porte, não se obtiver proposta aceitável apresentada por licitante que satisfaça os requisitos de habilitação, o edital será no ponto, republicado, abrindo a disputa para ampla concorrência, na forma do artigo 49 da Lei Complementar de nº 123/2006.

8.9. Declarado o vencedor, qualquer licitante que tenha representante credenciado poderá, na forma do item 9 e respectivos subitens, manifestar motivadamente a intenção de recorrer, sob pena de, se não o fizer, não mais poder exercer essa faculdade.

8.9.1. A Pregoeira dará aos licitantes a possibilidade de manifestar interesse recursal ao final da sessão.

8.10. Todos os atos relevantes praticados na sessão, seja pela Pregoeira, Equipe de Apoio, licitantes, ou eventuais terceiros, serão registrados na ata, a ser lavrada ao final da sessão.

8.11. Depois de decididos os recursos, se houver, a autoridade responsável pelo certame o homologará e adjudicará o objeto respectivo ao vencedor, cuja proposta integrará a Ata de Registro de Preço. Se não houver recurso, a adjudicação do objeto será feita pela Pregoeira.

8.12. A Pregoeira ou a autoridade competente poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, mediante estipulação de prazo para cumprimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

8.13. Os envelopes de habilitação não abertos permanecerão arquivados em poder da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços. Decorrido o prazo, serão eles destruídos, salvo pedido de devolução do licitante.

8.14. Adjudicada e homologada a licitação, será o licitante vencedor convocado para assinar a ata de registro de preços, dispondo ele de sete dias corridos para fazê-lo, contados do recebimento da convocação.

8.14.1. Cabe exclusivamente ao licitante convocado disponibilizar à Administração a ata de registro de preços devidamente assinada dentro do prazo aqui previsto.



8.14.2. A Administração poderá, a seu critério, prorrogar o prazo previsto no item 8.14, por igual período, caso o licitante convocado assim requeira durante seu transcurso e exponha justo motivo para tanto.

9. RECURSOS:

9.1. Dos atos praticados pela Pregoeira cabem os recursos previstos nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993.

9.2. A interposição de recurso depende da observância das seguintes regras:

I – o licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se nesse sentido ainda na sessão pública, ocasião em que indicará especificadamente os atos contra que pretende recorrer;

II – as razões recursais devem ser protocoladas no prédio da Prefeitura nos três dias seguintes ao encerramento da sessão, em petição dirigida a Pregoeira;

III – o recurso deve estar instruído com documentos que comprovem que seu subscritor tem poderes para se manifestar pelo licitante recorrente, salvo se já estiverem nos autos, bem como com eventuais elementos de prova necessários ao subsídio da tese recursal;

9.2.1. Não serão conhecidos recursos acerca de que o credenciado não tenha se manifestado adequadamente durante a sessão, cujas razões não sejam apresentadas ou o sejam intempestivamente, desacompanhados de documentos necessários à caracterização de poderes de seu subscritor, interpostos com intuito meramente protelatório ou apresentados por *fac-símile, e-mail* ou outro meio diverso do adequado.

9.3. Os demais licitantes poderão apresentar suas contrarrazões nos três dias seguintes ao do término do prazo de que dispõe o recorrente para apresentar suas razões.

9.3.1. O prazo para interposição de contrarrazões corre independentemente de intimação.

9.4. Apresentado o recurso e decorrido o prazo para oposição de contrarrazões, a Pregoeira se manifestará, motivadamente, se o ato impugnado disser respeito a decisões de sua alçada. Caso o recurso diga respeito a ato de responsabilidade de outro servidor, a Pregoeira lhe remeterá os autos para viabilizar sua manifestação.



9.4.1. Cumprido o item 9.4, os autos seguirão à autoridade responsável pelo certame, que decidirá motivadamente pelo não conhecimento, conhecimento e, nesse caso, provimento ou não provimento do recurso.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação exclusiva dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, ficam os autos desta licitação franqueados ao livre exame dos interessados.

10. IMPUGNAÇÃO:

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, por escrito, o presente Edital de licitação, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes, caso em que a Administração julgará à impugnação em até 3 (três) dias úteis, salvo se o certame for suspenso.

10.2. Decairá do direito de impugnar o Edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

10.2.1. A impugnação tempestivamente apresentada pelo licitante não o impedirá de participar do certame.

10.3. A impugnação será endereçada a Pregoeira, a quem será imediatamente remetida logo depois de protocolada na Prefeitura.

10.4. O conhecimento da impugnação está condicionado ao preenchimento dos mesmos requisitos necessário à admissão de recurso administrativo, que forem aplicáveis.

10.5. Oposta a impugnação, a Pregoeira decidirá fundamentadamente acerca de sua admissibilidade e, se conhecida, de seu teor e, para tanto, poderá, se necessário, consultar agentes municipais ou terceiros, necessariamente isentos.

10.5.1. As decisões da Pregoeira sobre a impugnação – seja pelo não conhecimento, ou, se conhecida, pelo acolhimento ou não acolhimento – dependem de ratificação pela autoridade superior.



10.6. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, caso em que será reaberto o prazo mínimo para entrega dos envelopes, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

11. SANÇÕES:

11.1. Aos licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem na execução da ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem qualquer espécie de fraude, serão aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal:

I – Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelo licitante, limitado a 15% (quinze por cento), pelo não cumprimento do prazo de assinatura da ata;

II – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor total da ordem de fornecimento/serviço expedida, limitada a 15% (quinze por cento) do valor total dos lotes arrematados pelo contratado, por atraso no prazo de execução dos serviços, pela não retirada da Ordem de fornecimento/serviço, pela recusa em executar o objeto desta licitação ou substituí-los, quando necessário.

III – Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total dos lotes arrematados pelo contratado, devido nas situações em que o atraso no fornecimento/serviço frustra o propósito da autorização de fornecimento/serviço (inadimplemento absoluto), bem como por qualquer outro evento de infração contratual decorrente de irregularidades na execução da contratação ou violação aos deveres pactuados;

IV – Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do sistema de registro cadastral por até cinco anos;

11.1.1. Os limites das multas referidas nos incisos I, II e III devem ser observados pontualmente, a cada episódio de infração dos deveres contratuais, de modo que eventual aplicação, em momento anterior, da sanção, ainda que em seu patamar máximo, não obsta a incidência da multa para novas infrações.

11.2. Caso se constate que o serviço fornecido pelo contratado está em desconformidade qualitativa com as normas vigentes, o contratado será obrigado a executar quantidade equivalente de serviço regular.



11.2.1. A critério da Administração, o crédito decorrente do item 11.2 poderá ser abatido de eventuais pagamentos devidos ao contratado.

11.3. Ante o surgimento de indícios de irregularidades que possam, em tese, ensejar a aplicação de sanções, o licitante será intimado para apresentação de defesa, no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da respectiva intimação.

11.3.1. Decorrido o prazo para defesa, com ou sem resposta, a autoridade superior decidirá motivadamente pela aplicação ou não de penalidade.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Este Edital deve ser interpretado de modo a propiciar a ampliação da competitividade e a obtenção de condições mais vantajosas de contratação para a Administração.

12.2. O presente certame licitatório destina-se à formação de registro de preços e não obriga o Município a firmar contratações dele decorrentes, de modo que pode haver outras formas de contratação, desde que admitidas na legislação, para a aquisição dos mesmos produtos cujos preços se pretende registrar por meio deste certame, assegurada ao subscritor da Ata de Registro de Preços, em igualdade de condições, preferência na contratação.

12.2.1. Salvo previsão em contrário no anexo 1, não há quantidade mínima a ser adquirida por meio deste registro de preços.

12.3. Fica facultada a adesão de outros órgãos interessados ao presente sistema de registro de preços, durante a sua vigência, desde que autorizado pelo órgão gerenciador e haja anuência do subscritor da Ata de Registro de Preços.

12.4. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará sua inabilitação ou desclassificação, a depender do caso, ou, se já assinada a Ata, sua rescisão, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

12.4.1. A aplicação do disposto no item 12.4, bem como a rescisão da Ata por outros motivos, autoriza a convocação dos demais licitantes, na ordem de classificação, observadas todas as condições de aceitabilidade de propostas e habilitação de licitantes.



12.5. Os atos referentes a este procedimento licitatório e às contratações que lhe forem decorrentes serão comunicados aos licitantes e aos contratados pelos meios referidos no item 6.1.3, ressalvadas as situações em que a Lei exige a publicação em órgão de imprensa oficial.

12.5.1. A eventual modificação de endereço, e-mail, telefone ou fac-símile obriga o contratado a informá-la à Administração, o que será feito mediante petição a ser protocolada na Prefeitura Municipal, em que se faça referência ao número deste processo e da Ata de Registro de Preços.

12.5.2. O não cumprimento do item 12.5.1. terá o condão de reputar válidas as comunicações remetidas ao endereço, e-mail, telefone ou fac-símile originalmente informados pelo contratado.

12.6. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

12.6.1. Caso o vencimento coincida com fim de semana, feriado ou dia em que não houver expediente na Prefeitura, será ele prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

12.7. Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, a Administração poderá revogar a licitação, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato gere obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

12.7.1. A nulidade do procedimento licitatório induz a da Ata de Registro de Preços e das respectivas contratações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

12.7.2. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.8. Poderão ser convidados a colaborar com a Pregoeira, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta Municipalidade.

12.9. Este Edital será regido pelas regras e princípios de direito público, pela Constituição da República, pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, independente da transcrição, com disposições vigentes ao tempo da publicação deste ato. A pregoeira resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

12.10. Este Edital é integrado dos seguintes anexos:



- I – Anexo 1 – A - Especificações do Objeto / Termo de Referência;
- II - Anexo 1 – B – Lotes;
- III – Anexo 2 – Modelo de Proposta;
- IV – Anexo 3 – Modelo de Carta de Credenciamento;
- V – Anexo 4 – Modelo de Declaração de Preenchimento dos Requisitos de Habilitação e de Relação de Parentesco;
- VI – Anexo 5 – Modelo de Declaração de Cumprimento ao Art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição;
- VII – Anexo 6 – Modelo de Declaração de ausência de motivo que impeça ME/EPP de gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006;
- VIII – Anexo 7 – Modelo de Declaração de Preenchimento dos Requisitos de Habilitação, Ressalvada a Regularidade Fiscal (para ME/EPP);
- IX – Anexo 8 – Condições para Expedição de Certificado de Registro Cadastral;
- X – Anexo 9 – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente à expedição do CRC que Impeça a Participação no Certame;
- XI – Anexo 10 – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Iúna/ES, 28 de dezembro de 2015.

Maria Rosilélia Alves Carvalho
Pregoeira



ANEXO 1 - A **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO / TERMO DE REFERÊNCIA**

1 - OBJETO E DESCRIÇÃO DOS ITENS: Registro de Preços de Serviços de Recauchutagem em Pneus.

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços de serviços de recauchutagem, para o atendimento de reformas em pneus usados.

Lote: *vide anexo 1-B lotes.

2 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

2.1. Todos os itens desta contratação deverão ter registro junto ao INMETRO, a fim de balizar o padrão de qualidade mínimo exigido.

2.2. A contratada será informada com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da data prevista para entrega/execução dos serviços, através de Autorização de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna e assinada pela Secretária Municipal de Gestão e Planejamento, emitida posterior a emissão de Nota de Empenho.

2.3. Os serviços deverão ser realizados após o recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna, desta forma deverá a contratada priorizar o atendimento dos mesmos.

2.4. A contratada deverá prestar os serviços em um prazo não superior a 10 (dez) dias. A entrega do serviço concluído que será acompanhado por fiscal de contrato/ata devidamente nomeado pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento através da Portaria.

2.5. A contratada deverá emitir NF-e (Nota Fiscal eletrônica), e cópias recentes de provas de regularidade com as fazendas municipal, estadual e federal, FGTS e Justiça do Trabalho, que serão entregues após o serviço prestado junto ao servidor responsável pelo recebimento, constando em seu campo observações, o número da Autorização de Fornecimento.



2.6. As empresas vencedoras terão que fornecer mão-de-obra necessária para a entrega correta dos pneus já recauchutados.

2.7. As empresas vencedoras deverão recolher o material usado para a execução dos serviços, no Almoarifado Central da Prefeitura, localizado na Avenida Deputado João Rios, nº 776, Centro, Iúna/ES, CEP 29 390-000, no horário compreendido das 08h00min às 11h e das 13h às 17h00min. a entrega destes deverá acontecer no mesmo local supra em um prazo inferior a 10 dias a partir do recolhimento.

2.8. A contratante disponibilizará um mínimo de 25 unidades de pneus usados, podendo estes serem misturados de diversos modelos diferentes. A fim de viabilizar a participação do maior número de empresas possível.

2.9. No caso de a empresa já dispor de pneus recauchutados em estoque, é permitida a troca pela "carcaça" pertencente a Prefeitura, desde que estas sejam de qualidade igual ou superior às apresentadas.

2.10. A empresa arrematante do processo, não precisa ser a prestadora do referido serviço, sendo autorizada a terceirização do mesmo, a fim de expandir o campo de cobertura da contratação às demais empresas que trabalham no ramo de borracharia e não apenas às recauchutadoras.

2.11. A contratada responderá, na forma da lei, pelos serviços que por ventura venham apresentar qualquer irregularidade ou discordância à íntegra do objeto deste Termo de Referência.

2.12. Os serviços serão executados em estabelecimento próprio da contratada, ficando a secretaria solicitante encarregada de disponibilizar no Almoarifado Central, todos os pneus usados que serão objetos de reforma.

3 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

3.1. A administração dispõe de noventa (90) dias, contados da data referida no item 1.2 do edital, para convocar o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços, sendo esse o prazo mínimo de validade da proposta;



3.2. A ata de registro de preços vigorará por um ano, a contar de sua publicação resumida na imprensa oficial, vedada sua prorrogação;

3.3. Os preços registrados vincularão os respectivos proponentes enquanto vigor a Ata de Registro de Preços;

3.4. Os preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos inerentes à contratação, dentre eles os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, licenças, fretes e outros custos relacionados aos serviços, inclusive garantias. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada, sob qualquer pretexto.

4 – VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

4.1. Compõe a frota municipal os veículos abaixo discriminados, cabendo destacar que a frota, poderá sofrer modificações de acréscimo ou decréscimo, alterações estas que serão devidamente incluídas no contrato de prestação de serviço em momento oportuno.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA			
LISTA DE AUTOMOVEIS			
SECRETARIA OBRAS			
MARCA/VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
CAMINHÃO VOLKSWAGEN	VW 13.180	MSP-9140	2010/2010
SAVEIRO VW	CL 1.6 MI	MPW-6760	1998/1999
CAMINHÃO VOLKSWAGEN	VW 14.170 (LIXO) BT	MPG-1781	1997/1998
GOL VOLKSWAGEN	VW 16 V	MPW-6840	1998/1999
CAMINHÃO VOLKSWAGEN	VW 11.130 (PIPA)	MSG-2498	
TOYOTA		GPC-8937	
A20		BMO-4417	
CAMINHÃO		OCV-3949	
CORSA WIND	GM CORSA WIND	MRP-5989	1999



PÁ CARREGADEIRA FR 10B	FR 10B		
CARREGADEIRA W130	W 130		
RETRO RANDON (1)			
RETRO VOLVO (3)			
CAMINHÃO	VW 13.180 Euro3 WORKER	OCV-3945	2011/2012
SAVEIRO	VW	MRH-0837	2007
CAMINHÃO COMPACTADOR	VW 14.170 (LIXO)	MPG-1787	1997/1998
RENAULT CLIO		MQX-8710	2006
CAMIONETA	FORD/F1000	MRT-3816	1985
GM KADETT IPANEMA		MPK--4466	1996/1997
GM CORSA WIND		MRP-5989	1999/2000
GOL CLI	VW	MRO-1179	1995/1996
VOYAGE	VW 1.6/CHASSI 9BWDB45U9GT007624		

SECRETARIA DA GESTÃO

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
MOTO KASISKI	COMET 150 70	OCX-0838	2012/2013

SECRETARIA DA FAZENDA

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
CLIO PRETO	PRI 1.6 16VS	MQX-8710	2007/2007
MOTO	XR 200R	MQI-9339	1998/1999
CORSA	HATCH MAXX GM	MQH-4452	2004/2005
MOTO XRE	XRE 300	OCX-0840	2012/2012

SECRETARIA INTERIOR TRANSPORTE

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
CAMINHÃO IVECO	EURO CARGO 170E22	MSP-9148	2010/2010
CAMINHÃO VW	13.180 EURO3 WORKER	MSP-9142	2009/2010
TOYOTA	BANDEIRANTE BJ55LP BL3	MPW-6850	1998/1998



FIAT UNO	MILLE SMART	MTP-2003	2001/2001
CAMINHÃO		OCV-3946	BATIDO
CAMINHONETE S10 C. DUPLA	S10 CABINE DUPLA	MTP-9009	2008
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	VOLVO		2014
CAMINHÃO	VW 6.90	BWN-3466	1986 ALUGADO
CAMINHÃO MB - PAC2	TRUCK	OVL-3339	2014
PATROL 140S HW (1)	140S HW (1)		
PATROL 140S HW (2)	140S HW (2)		
PATROL NH RG140.B	NH RG140.B		
CARREGADEIRA VOLVO			
RETRO RANDON (2)			
RETRO VOLVO (1)			
PATROL CATERPILLAR			
PATROL FG			
PATROL G 930 VOLVO			
FORD	GARGO 1723-PIPA	OVH-6258	
MOTONIVELADORA VOLVO			

SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
GOL	VW 1.0 G/V	MRU-6484	2009/2010
FIAT UNO	MILLE FIRE FLEX	MRH-0832	2007/2008
CELTA (CONSELHO TUTELAR)	ESTADO	MTU-1461	
VOYAGE		OVL-3340	2015
VOYAGE		OVL-3342	
GOL		OVL-3341	2015

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
ÔNIBUS	MB OF 1315	KNI-8987	1992/1992
ÔNIBUS	MB OF 1318	KTU-9196	1993/1993
ÔNIBUS	MB MASCAR. GRANMIDI	MQC-4130	2006/2007



ÔNIBUS	MB OF 1318	MQI-9059	1998/1998
ÔNIBUS	VW 15.190 EOD E. HDORE	MSP-9134	2010/2011
GOL	VW 1.6 POWER	MQC-4122	2006/2006
ÔNIBUS	VW 15.190	OCV-3938	2011/2011
MICROONIBUS	IVECO CITYCLASS 70C16	MSP-9133	2010/2011
MICROONIBUS	IVECO CITYCLASS 70C16	MSP-9144	2010/2010
MICROONIBUS	IVECO CITYCLASS 70C16	MSP-9145	2010/2010
FIAT UNO	UNO MILLE WAY ECON	OVH-6260	2013/2013
FIAT SIENA	GRAND SIENA ESSENCE 1.6	OVH-6262	2013/2014
FIAT STRADA	STRADA 1.4	OVH-6261	2013/2013
FORD	F4000 3/4	MSO-2531	2019/2019
VOYAGE	VW 1.6 CONFORT L	OCV-3940	2011/2012
TOYOTA	BAND. BJ55LP BL3	LBT-4483	1997/1997
CLIO	RENAULT AUT 10 16H 3P	MQX-8711	2007/2007
FIAT STRADA	FIRE CE FLEX	MRU-6481	2008/2009
MOTO KASISKI	COMET 150 70	OCX-0839	2012/2013
ÔNIBUS		OCV-3951	2011/2012
MICROONIBUS		OCV-3950	2011/20112
MICROONIBUS		MSB-3616	2012/2013
ÔNIBUS	VW RURAL/COMPLETO	OVL-3350	2014/2014
GOL	VW GOL ESPECIAL	OVL-3345	
MICROONIBUS		MSB-3605	2012/2013

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA PÚBLICA

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
ESP/CAMINHONETE/FECH/C.DU	I/VW AMAROK PAT. SE III	PPC-3764	2014/2014

SECRETARIA DE SAÚDE

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCV-3955	2012/2013
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	MSP-9139	2010/2011
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCV-3944	2012/2012



FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCX-0814	2012/2013
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCX-0815	2012/2013
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCX-0816	2012/2013
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	MSP-9135	2011/2011
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCV-3939	2011/2012
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCV-3937	2012/2012
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	MRU-6488	2009/2010
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	MSP-9136	2011/2011
FIAT DOBLÔ	DOBLÔ AMBULÂNCIA	MRU-6482	2008/2009
FIAT DOBLÔ	DOBLÔ AMBULÂNCIA	MSO-1528	2010/2010
FIAT DOBLÔ	DOBLÔ AMBULÂNCIA	MST-6046	2010/2011
FIAT DOBLÔ	DOBLÔ AMBULÂNCIA	MSO-1530	2010/2010
FIAT DUCATO	DUCATO MINIBUS	MSP-9137	2010/2011
VOLKSWAGEM SAVEIRO	SAVEIRO AMBULÂNCIA 1.6	MRH-0837	2007/2007
VOLKSWAGEM MASCARELLO	MASCARELLO GRANMINI	MRU-6483	2008/2008
HONDA NXR 150	NX 150 BROS ESD	MQC-4181	2007/2007
FIAT STRADA	STRADA WORKING CD	MSP-9138	2010/2011
FIAT UNO	VIVACE COMPLETO 1.0	OCX-0829	2013/2013
FIAT UNO	VIVACE COMPLETO 1.0	OCX-0830	2013/2013
FIAT DOBLÔ	ATTRACTIV 1.4	OYF-9074	2014/2014

SECRETARIA DE AGRICULTURA			
VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
FIAT UNO (ESTADO)	ESTADO	MSK-7712	
FIAT UNO (ESTADO)	ESTADO	MSK-7613	
GOL VW	VW 1.0	MPZ-3997	2005/2005
MOTO	XLR 125	MPW-4383	1998/1998
MOTO	XLR 125	MPW-4363	1998/1998
MOTO	XLR 125	MPW-4373	1998/1998
CAMINHÃO	CAR. CARROC. ABERTA	MQP-0120	1998/1999
CAMINHÃO	MB 710	MTP-0086	2002/2002



PARATI	VW 1.6 CITY	MPZ-3998	2005/2005
MOTO	HONDA CG 150 TITAN KS	MQC-4172	2005/2006
MOTO	HONDA NXR 125 BROS KS	MQC-4174	2005/2005
CAMINHONETE (MAHINDRA)	BRAMONT HWKCS34	OCX-0825	(TRINDADE) 2012/2013
CAMINHÃO		OCV-3945	
SAVEIRO		OCV-3936	
FIESTA		MRA-4131	
FIESTA		MRA-4221	
FORD COURRIER		MTU-1483	
FIAT UNO		MTX-5932	
MICROTRATOR KAWASHIMA		11107	
RETRO ESCAVADEIRA	MF 750 (2)		
RETRO ESCAVADEIRA	MF 750 (1)		
TRATOR AGRICOLA (1)			
TRATOR TRAMONTINI			
RETRO VOLVO (2)			
MICROTRATOR COIOTE			
MICROTRATOR TRAMONTINI			
TRATOR VALTRA			
TRATOR AGRICOLA (2)			
TRATOR AGRICOLA (3)			
TRATOR AGRICOLA MF			
RETRO JCB (1)			
RETRO JCB (2)			

SECRETARIA INTERIOR TRANSPORTE

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
CAMINHÃO IVECO		MSP-9148	2010/2010
CAMINHÃO	VW WORK 13.180	MSP-9142	2009/2010
CAMINHÃO	MERCEDES TRUCADO	OVL-3339	2014
CAMINHÃO		OCV-3946	BATIDO
CAMINHÃO	VW 6.90	BWN-3466	1986 ALUGADO
FORD	CARGO 1723-PIPA	OVH-6258	



FIAT UNO		MSK-7712	
FIAT UNO	MILLE SMART	MTP-2003	2001/2001
TOYOTA BANDEIRANTES		MPW-6850	1998
PICK UP MITSUBISHI	L200 GL-C DUPLA	MQF-1819	
PICK UP MITSUBISHI	L200 GL-C DUPLA	MQF-1820	
PICK UP CHEVROLET	S 10	MTP-9009	2008
ROLO COMPACTADOR CARTEPILAR			
PA CARREGADEIRA VOLVO	L-60F		
RETRO RANDON	RK 406 B MOTOR TURBINADO		
RETRO VOLVO BL-60			
RETRO VOLVO BL-60	SERIE 11441		
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO	EC 140 LC		
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO	EC 140 LC NR		
MOTONIVELADORA CARTEPILLAR 120H			
MOTONIVELADORA FIAT ALLIS FG 70			
MOTONIVELADORA HOUBER WABCO			
MOTONIVELADORA VOLVO	G930 SERIE 503063		
MOTONIVELADORA VOLVO	G930 SERIE 503194		
MOTONIVELADORA VOLVO	G 930 SERIE 503201		
MOTONIVELADORA VOLVO	G930 SERIE 503255		
MOTONIVELADORA VOLVO	G 930		2007



**ANEXO 2
MODELO DE PROPOSTA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2015

RAZÃO SOCIAL: *[preenchimento obrigatório]*

CNPJ: *[preenchimento obrigatório]*

ENDEREÇO: *[preenchimento obrigatório]*

ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL): *[preenchimento obrigatório]*

TELEFONE: *[preenchimento obrigatório]*

FAC-SÍMILE: *[preenchimento facultativo]*

(LOCAL E DATA) , de de 2016. *[preenchimento obrigatório]*

Declaro que li e concordo com todas as condições de execução da Ata de Registro de Preços.

Seguem anexos nossos preços para participação no presente certame.

A validade desta proposta é de dias. *[lembre-se de que o prazo mínimo de validade da proposta é de 90 dias]*

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UNT	TOTAL

Obs: *Utilizar o anexo 01 B lotes para confecção da planilha de preços.

*Deverá ser desconsiderado o campo MARCA na tabela anexo 01 B - lotes.

Assinatura Identificável
(nome do representante da licitante)



ANEXO 3
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(local e data) _____, de _____ de 2016.

À
Pregoeira da Prefeitura Municipal de Iúna

Assunto: Credenciamento para a participação no Pregão Presencial nº 083/2015.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela licitante

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____
vem pela presente, informar a V.Sª, que o(a) Srº.(ª)
_____, Carteira de Identidade nº _____
_____ (apresentar o original), CPF nº _____, endereço _____, profissão
_____, estado civil, _____, é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa
jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos
lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes
ao certame.

Assinatura Identificável

(nome do responsável pelo licitante – aqui deverá assinar a pessoa definida no item 5.3 do edital)

Obs.: Esta Declaração deverá ter reconhecimento de firma em Cartório.



ANEXO 4
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE
RELAÇÃO DE PARENTESCO

[local e data.]

À Pregoeira
da Prefeitura Municipal de Iúna

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão Presencial nº 083/2015.

O licitante [*nome do licitante*], inscrito no CNPJ sob o nº [*informar o CNPJ*], por meio de seu representante abaixo assinado, Sr. [*nome do representante que assina esta declaração*], [*qualificação do representante e indicação de sua relação com o licitante (sócio, administrador, gerente, dirigente, credenciado etc.)*], DECLARA, sob as penas da lei, em especial a cominada no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Declara ainda que não é e não tem em seus quadros como sócio, administrador, dirigente ou gerente, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

[ou, caso haja relação de parentesco, casamento ou união estável]*

Declara ainda que [o Sr./a Sr.^a] [*nome do licitante ou de sócio, administrador, dirigente ou gerente*], [*qualificação e indicação do vínculo com o licitante (sócio, gerente, administrador etc.)*] é [*explicação da relação (cônjuge, companheiro, tio, sobrinho, pai, avô etc.)*] do servidor municipal [*indicação do nome do servidor municipal*].

Exemplo: Declara ainda que o Sr. Fulano de Tal, brasileiro, casado, administrador do licitante, é casado com a servidora municipal Sr.^a Beltrana de Tal.

Assinatura
(denominação ou razão social do licitante e
nome do representante da empresa)

*** Observação: a relação de parentesco, união estável ou matrimonial entre o licitante ou seus sócios, administradores, gerentes ou dirigentes com servidores municipais não impede sua participação na licitação, mas deve ser informada para fins de controle. Caso o licitante omita a informação sobre eventual parentesco, casamento ou união estável, ser-lhe-á aplicada multa de 0,5% (meio por cento) do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.**



ANEXO 5
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7.º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO

Cidade XXXX, de de 2016.

À
Pregoeira da PMI
Licitação nº 083/2015, modalidade Pregão Presencial.

A licitante,, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Assinatura Identificável
(nome do representante da licitante)



ANEXO 6

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOTIVO QUE IMPEÇA ME/EPP DE GOZAR
DOS BENEFÍCIOS DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 123/2006 E 147/2014**

(local e data) , de de 2016.

À
Pregoeira da PMI
Licitação nº 083/2015, modalidade Pregão Presencial.

O licitante CNPJ declara que é(microempresa ou empresa de pequeno porte)....., que não se enquadra em nenhuma das situações previstas no § 4.º do art. 3.º da Lei complementar nº 123/2006 e 147/2014, de modo que pode fruir dos benefícios previstos naquela Lei.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)



ANEXO 7

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, RESSALVADA A REGULARIDADE FISCAL E DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

(local e data) , de de 2016.

À
Pregoeira da Prefeitura Municipal de Iúna

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão Presencial nº 083/2015.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, ressalvada, todavia, a regularidade fiscal.

Caso esta licitante se sagre vencedora, compromete-se desde já a providenciar a regularização de que trata o § 1.º do art. 43 da Lei complementar nº 147/2014, sob pena de, se não o fizer, saber das conseqüências cominadas no § 2.º do mesmo dispositivo.

Declara ainda que não é e não tem em seus quadros como sócio, administrador, dirigente ou gerente, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor público do Município de Iúna ocupante de cargo eletivo, comissionado, efetivo, temporário ou contratado.

*[ou, caso haja relação de parentesco, casamento ou união estável]**

Declara ainda que [o Sr./a Sr.ª] [*nome do licitante ou de sócio, administrador, dirigente ou gerente*], [*qualificação e indicação do vínculo com o licitante (sócio, gerente, administrador etc.)*] é [*explicação da relação (cônjuge, companheiro, tio, sobrinho, pai, avô etc.)*] do servidor municipal [*indicação do nome do servidor municipal*].

Exemplo: *Declara ainda que o Sr. Fulano de Tal, brasileiro, casado, administrador do licitante, é casado com a servidora municipal Sr.ª Beltrana de Tal.*

Assinatura
(denominação ou razão social do licitante e
nome do representante da empresa)

* Observação: a relação de parentesco, união estável ou matrimonial entre o licitante ou seus sócios, administradores, gerentes ou dirigentes com servidores municipais não impede sua participação na licitação, mas deve ser informada para fins de controle. Caso o licitante omita a informação sobre eventual parentesco, casamento ou união estável, ser-lhe-á aplicada multa de 0,5% (meio por cento)



do valor final de sua proposta e, se caracterizada má-fé, impedimento de licitar e contratar com o Município de Iúna pelo prazo de até cinco anos.

***As microempresas e empresas de pequeno porte que não ostentem regularidade fiscal não devem apresentar a declaração do anexo 4, mas esta do anexo 7.**



ANEXO 8 CONDIÇÕES PARA EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

1. O licitante interessado em apresentar Certificado de Registro Cadastral (CRC) deverá requerê-lo, em petição dirigida à Comissão, até o terceiro dia anterior à data final para a entrega do envelope de habilitação. O pedido deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – **obrigatórios**, sem os quais o CRC não será emitido:

a – documento de identidade (RG) ou equivalente;

b - registro comercial, no caso de empresário individual;

c - ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e - decreto de autorização, caso se trate de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

g - certidão negativa de débitos municipal do domicílio ou sede do licitante; caso não conste prazo de validade na certidão, reputar-se-á válida por sessenta dias, contados da data de sua expedição;

h - certidão negativa de débitos estadual do domicílio ou sede do licitante;

i - certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;

j - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em que se demonstre situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

k - certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; caso não conste prazo de validade na certidão, reputar-se-á válida por sessenta dias, contados da data de sua expedição;

l – declaração de que não possui, no quadro de pessoal, empregados com menos de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição da República;

m - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

II – **facultativos**:

a – alvará de licença para localização e funcionamento;

b – alvará expedido pela vigilância sanitária federal, estadual e municipal, a depender da atividade exercida;

c - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- d - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- e - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
2. O interessado, quando do requerimento de seu CRC, deverá apresentar os documentos (obrigatórios e facultativos) que guardem pertinência com sua forma de organização e objeto.
- 2.1. Constará no CRC a menção aos documentos apresentados pelo interessado, inclusive com indicação dos respectivos prazos de validade.
- 2.2. Os documentos devem ser apresentados no original ou por cópia autenticada; cópias simples serão admitidas desde que acompanhadas dos respectivos originais para conferência.
- 2.3. Para a expedição do CRC o interessado deve comprovar o recolhimento da taxa de cadastramento, no valor de R\$19,78 através de depósito bancário, agência 0933-4, conta corrente 8.504-9 – Prefeitura Municipal de Iúna, Banco do Brasil S/A.
- 2.4. O CRC vigorará por até um ano, contado de sua expedição, sem prejuízo da validade dos documentos nele referidos.
- 2.4.1. Vencidos ou modificados documentos referidos no CRC, pode o interessado pedir nova expedição, recolhida a taxa respectiva.



ANEXO 9

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE À EXPEDIÇÃO DO
CRC QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

Cidade XXXX, de de 2016.

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA - PMI

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

O licitante _____, estabelecido à _____(Endereço Completo)_____,
devidamente inscrito no CNPJ sob o nº_____, declara sob as penalidades cabíveis a
inexistência de fato superveniente à expedição do Certificado de Registro Cadastral, ora apresentado
para fins de habilitação, que o impeça de participar da Licitação nº 083/2015, modalidade Pregão
Presencial.

(nome e assinatura do representante legal)



ANEXO 10
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2015

PROCESSO Nº 3347/2015

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ do ano de 2.015, autorizado pelo ato de folhas (_____) do processo de Pregão Presencial nº 083/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 449/2010 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o MUNICÍPIO DE IÚNA - ES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CGC/MF sob o n.º 27.167.394/0001-23, com sede na Rua Desembargador Epaminondas Amaral, n.º 58, Centro, Iúna - ES, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ROGÉRIO CRUZ SILVA, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CPF n.º 221.210.306-97 e RG n.º M-384687-SSP/MG, residente e domiciliado à Avenida Ademar Vieira da Cunha, nº 908, bairro Vila Nova, neste Município e pela Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 10.700.103/0001-18, com sede na Av. Prefeito Antônio Lacerda, nº 79, Quilombo, Iúna/ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. ROBERTO CARLOS SCARDINO JUSTO MARCONDI, advogado, brasileiro, casado, portadora do CPF n.º 828.168.917-04 e RG n.º 613811 - SPTC, residente e domiciliado no Córrego Scardine, neste Município e o **DETENTOR DA ATA**:
Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, neste ato representada por seu(ua) sócio(a), o(a) Sr(a). _____, brasileiro(a), solteiro(a)/casado(a), ____ (profissão) ____, portador(a) do CPF n.º _____ e RG n.º _____, residente e domiciliado(a) na _____.

Os preços registrados do Detentor da Ata segue em anexo (anexo 10 - A)

Integra esta Ata de Registro de Preços o pertinente Edital de licitação e respectivos anexos, cujas disposições vinculam ambas as partes.

01 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:



1.1. Constitui objeto do presente instrumento a formação de **Registro de Preços de Serviços de Recauchutagem em Pneus**, conforme normas e especificações do processo licitatório nº 083/2015 na modalidade Pregão Presencial do tipo menor preço unitário.

02 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1. A existência do registro dos preços não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.2. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação à Prefeitura Municipal de Iúna de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2.3. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.4. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, ou na Tesouraria da Prefeitura, e serão contados da data de certificação/aceitação do objeto licitado, constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.

2.6. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.

03 - CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO:

3.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições deste contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o Sr/Sra XXXX, matrícula nº XXXX, nomeado por Portaria subscrita pela Secretária Municipal de Gestão.



3.2. Cabe ao fornecedor permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção dos serviços, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

3.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

3.4. A fiscalização da qualidade do (s) serviço (s) ficará (ão) sob responsabilidade do Órgão gerenciador, que poderá recusar o serviço (s) que não atendam as normas técnicas específicas.

3.5. A administração dispõe de noventa (90) dias, contados da data referida no item 1.2 do edital que procedeu à Ata, para convocar o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços. Escoado o prazo sem convocação, o licitante vencedor não mais está obrigado a tanto.

3.6. Os preços registrados vincularão os respectivos contratados enquanto viger a Ata de Registro de Preços.

04 - CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária:

020001.0412200022.008.33903900000 – Ficha 007,
050001.0412200052.012.33903900000 – Ficha 042,
070001.2012200082.020.33903900000 – Ficha 079,
080001.1212200122.023.33903900000 – Ficha 099,
080002.1236100132.032.33903900000 – Ficha 137,
090001.1512100162.042.33903900000 – Ficha 169,
100001.2678200182.048.33903900000 – Ficha 195,
120001.0824300252.062.33903900000 – Ficha 203,
120001.0824400252.063.33903900000 – Ficha 210,
110001.1030100192.050.33903900000 – Ficha 008,
110002.1030100202.052.33903900000 – Ficha 024 e os empenhos, desde já autorizados pelo Ordenador de Despesa, serão feitos na medida necessária à cobertura das autorizações de fornecimento.

05 - CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA:

5.1. As condições de execução do objeto serão conforme informadas no anexo 10 - B deste termo.

5.2. A ata de registro de preços vigerá por 12 (doze) meses, a contar de sua publicação resumida no Diário Oficial do Estado, vedada sua prorrogação.

5.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços que poderão ser formalizadas pelos instrumentos subsidiários tratados no art. 62 da Lei nº 8.666/93, desde que observadas as condições pertinentes vigerão do recebimento da autorização de fornecimento pelo contratado até o pagamento por parte da Administração, observadas a forma de fornecimento.

5.4. Encerrada a vigência da Ata, é vedada a formalização de novas contratações dela decorrentes.



5.4.1. Encerrada a vigência da Ata, seu subscritor não poderá receber novas autorizações de fornecimento, ainda que datadas e expedidas antes do vencimento da Ata.

06 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.1. No caso dos subscritores da Ata não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal, seus servidores ou terceiros:

I – Multa de 1% (um por cento) por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelo licitante, limitado a 15% (quinze por cento), pelo não cumprimento do prazo de assinatura da ata, que será de sete dias corridos, contados do recebimento da convocação;

II – Multa de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da ordem de fornecimento/serviço expedida, limitado a 15% (quinze por cento) do valor total dos lotes arrematados pelo contratado, pelo atraso no prazo de execução dos serviços, pela não retirada da Ordem de fornecimento/serviço, pela recusa em executar o objeto desta ata ou substituí-los, quando necessário;

III – Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total dos lotes arrematados pelo contratado, devido nas situações em que o atraso no fornecimento/serviço frustra o propósito da autorização de fornecimento/serviço (inadimplemento absoluto), bem como por qualquer outro evento de infração contratual decorrente de irregularidades na execução da contratação ou violação aos deveres pactuados;

IV – Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do sistema de registro cadastral por até cinco anos;

6.1.1. Os limites das multas referidas nos incisos I, II e III devem ser observados pontualmente, a cada episódio de infração dos deveres contratuais, de modo que eventual aplicação, em momento anterior, da sanção, ainda que em seu patamar máximo, não obsta a incidência da multa para novas infrações.

6.2. Caso se constate que o serviço fornecido pelo contratado está em desconformidade qualitativa com as normas vigentes, o contratado será obrigado a executar quantidade equivalente de serviço regular.

6.2.1. A critério da Administração, o crédito decorrente do item 6.2 poderá ser abatido de eventuais pagamentos devidos ao contratado.

6.3. Ante o surgimento de indícios de irregularidades que possam, em tese, ensejar a aplicação de sanções, o licitante será intimado para apresentação de defesa, no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da respectiva intimação.

6.3.1. Decorrido o prazo para defesa, com ou sem resposta, a autoridade superior decidirá motivadamente pela aplicação ou não de penalidade.



07 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, no que couber, com aplicação do artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

08 - CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

8.1. Constituem obrigações do Contratante:

- a) Efetuar o Pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- b) Designar servidor para acompanhar a execução desta Ata;
- c) Gerenciar a ata até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

8.2. Constituem obrigações dos subscritores da Ata:

- a) Fornecer os serviços registrados na forma prevista nesta Ata.
- b) Comprometer-se a executar os serviços na data acordada, constantes da autorização de fornecimento/serviço, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna.
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Setor responsável.
- d) Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- e) Garantir a execução do serviço durante todo período de vigência da ata.

09 - CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

09.1. O Registro de Preços poderá ser cancelado nos seguintes casos:

09.1.1. Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- I – Não cumprir a exigências da Ata de Registro de Preços;
- II – Não retirar a respectiva nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- IV – Tiver presentes razões de interesse público.

09.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências da Ata de Registro de Preços:

09.1.3. O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.



09.1.4. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula sexta deste instrumento.

09.1.5. Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores.

09.1.6. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na Imprensa Oficial, considerando cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

09.1.7. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado, deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justifiquem o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO:

10.1. Quando houver necessidade de aquisição de produtos/serviços por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de fornecimento.

10.2. A Administração poderá prorrogar o prazo de recebimento da ordem de fornecimento, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

11.1. Elegem o Foro da Comarca de Iúna - ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seu efeito legal, após lido e achado conforme.

11.2. Fazem parte desta Ata de Registro de Preços o Edital de Licitação e seus anexos, acrescido das informações obtidas no certame licitatório, relacionadas no Anexo 10 - A.

Esta ata é integrada dos seguintes anexos:

I – Anexo 10 - A – Preços contratados.

II – Anexo 10 – B – Termo de referência.



Iúna - ES, ____ de _____ de 2016.

Órgão Gerenciador

Prefeitura Municipal de Iúna/ES

Rogério Cruz Silva

Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Saúde

Roberto Carlos Scardino Justo Marcondi

Secretário Municipal de Saúde

Detentor(es) da Ata:

XXXXX (Firma)

XXXXX (Representante legal)



ANEXO 10 -A
PREÇOS REGISTRADOS PELO DETENTOR DA ATA

Ficam registrados os seguintes preços do Detentor da Ata:

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	UNT	TOTAL



ANEXO 10 – B TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO: Registro de Preços de Serviços de Recauchutagem em Pneus.

1.1. A presente contratação tem por objeto o registro de preços de serviços de recauchutagem, para o atendimento de reformas em pneus usados.

2 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

2.1. Todos os itens desta contratação deverão ter registro junto ao INMETRO, a fim de balizar o padrão de qualidade mínimo exigido.

2.2. A contratada será informada com antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da data prevista para entrega/execução dos serviços, através de Autorização de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna e assinada pela Secretária Municipal de Gestão e Planejamento, emitida posterior a emissão de Nota de Empenho.

2.3. Os serviços deverão ser realizados após o recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Iúna, desta forma deverá a contratada priorizar o atendimento dos mesmos.

2.4. A contratada deverá prestar os serviços em um prazo não superior a 10 (dez) dias. A entrega do serviço concluído que será acompanhado por fiscal de contrato/ata devidamente nomeado pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento através da Portaria.

2.5. A contratada deverá emitir NF-e (Nota Fiscal eletrônica), e cópias recentes de provas de regularidade com as fazendas municipal, estadual e federal, FGTS e Justiça do Trabalho, que serão entregues após o serviço prestado junto ao servidor responsável pelo recebimento, constando em seu campo observações, o número da Autorização de Fornecimento.

2.6. As empresas vencedoras terão que fornecer mão-de-obra necessária para a entrega correta dos pneus já recauchutados.



2.7. As empresas vencedoras deverão recolher o material usado para a execução dos serviços, no Almojarifado Central da Prefeitura, localizado na Avenida Deputado João Rios, nº 776, Centro, Iúna/ES, CEP 29 390-000, no horário compreendido das 08h00min às 11h e das 13h às 17h00min. a entrega destes deverá acontecer no mesmo local supra em um prazo inferior a 10 dias a partir do recolhimento.

2.8. A contratante disponibilizará um mínimo de 25 unidades de pneus usados, podendo estes serem misturados de diversos modelos diferentes. A fim de viabilizar a participação do maior número de empresas possível.

2.9. No caso de a empresa já dispor de pneus recauchutados em estoque, é permitida a troca pela "carcaça" pertencente a Prefeitura, desde que estas sejam de qualidade igual ou superior às apresentadas.

2.10. A empresa arrematante do processo, não precisa ser a prestadora do referido serviço, sendo autorizada a terceirização do mesmo, a fim de expandir o campo de cobertura da contratação às demais empresas que trabalham no ramo de borracharia e não apenas às recauchutadoras.

2.11. A contratada responderá, na forma da lei, pelos serviços que por ventura venham apresentar qualquer irregularidade ou discordância à íntegra do objeto deste Termo de Referência.

2.12. Os serviços serão executados em estabelecimento próprio da contratada, ficando a secretaria solicitante encarregada de disponibilizar no Almojarifado Central, todos os pneus usados que serão objetos de reforma.

3 – VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

3.1. Compõe a frota municipal os veículos abaixo discriminados, cabendo destacar que a frota, poderá sofrer modificações de acréscimo ou decréscimo, alterações estas que serão devidamente incluídas no contrato de prestação de serviço em momento oportuno.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA
LISTA DE AUTOMOVEIS



SECRETARIA OBRAS

SECRETARIA OBRAS			
MARCA/VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
CAMINHÃO VOLKSWAGEN	VW 13.180	MSP-9140	2010/2010
SAVEIRO VW	CL 1.6 MI	MPW-6760	1998/1999
CAMINHÃO VOLKSWAGEN	VW 14.170 (LIXO) BT	MPG-1781	1997/1998
GOL VOLKSWAGEN	VW 16 V	MPW-6840	1998/1999
CAMINHÃO VOLKSWAGEN	VW 11.130 (PIPA)	MSG-2498	
TOYOTA		GPC-8937	
A20		BMO-4417	
CAMINHÃO		OCV-3949	
CORSA WIND	GM CORSA WIND	MRP-5989	1999
PÁ CARREGADEIRA FR 10B	FR 10B		
CARREGADEIRA W130	W 130		
RETRO RANDON (1)			
RETRO VOLVO (3)			
CAMINHÃO	VW 13.180 Euro3 WORKER	OCV-3945	2011/2012
SAVEIRO	VW	MRH-0837	2007
CAMINHÃO COMPACTADOR	VW 14.170 (LIXO)	MPG-1787	1997/1998
RENAULT CLIO		MQX-8710	2006
CAMIONETA	FORD/F1000	MRT-3816	1985
GM KADETT IPANEMA		MPK--4466	1996/1997
GM CORSA WIND		MRP-5989	1999/2000
GOL CLI	VW	MRO-1179	1995/1996
VOYAGE	VW 1.6/CHASSI 9BWDB45U9GT007624		

SECRETARIA DA GESTÃO

SECRETARIA DA GESTÃO			
VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
MOTO KASISKI	COMET 150 70	OCX-0838	2012/2013



SECRETARIA DA FAZENDA

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
CLIO PRETO	PRI 1.6 16VS	MQX-8710	2007/2007
MOTO	XR 200R	MQI-9339	1998/1999
CORSA	HATCH MAXX GM	MQH-4452	2004/2005
MOTO XRE	XRE 300	OCX-0840	2012/2012

SECRETARIA INTERIOR TRANSPORTE

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
CAMINHÃO IVECO	EURO CARGO 170E22	MSP-9148	2010/2010
CAMINHÃO VW	13.180 EURO3 WORKER	MSP-9142	2009/2010
TOYOTA	BANDEIRANTE BJ55LP BL3	MPW-6850	1998/1998
FIAT UNO	MILLE SMART	MTP-2003	2001/2001
CAMINHÃO		OCV-3946	BATIDO
CAMINHONETE S10 C. DUPLA	S10 CABINE DUPLA	MTP-9009	2008
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	VOLVO		2014
CAMINHÃO	VW 6.90	BWN-3466	1986 ALUGADO
CAMINHÃO MB - PAC2	TRUCK	OVL-3339	2014
PATROL 140S HW (1)	140S HW (1)		
PATROL 140S HW (2)	140S HW (2)		
PATROL NH RG140.B	NH RG140.B		
CARREGADEIRA VOLVO			
RETRO RANDON (2)			
RETRO VOLVO (1)			
PATROL CATERPILLAR			
PATROL FG			
PATROL G 930 VOLVO			
FORD	GARGO 1723-PIPA	OVH-6258	
MOTONIVELADORA VOLVO			

SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
----------------	---------------	--------------	-------------------



GOL	VW 1.0 G/V	MRU-6484	2009/2010
FIAT UNO	MILLE FIRE FLEX	MRH-0832	2007/2008
CELTA (CONSELHO TUTELAR)	ESTADO	MTU-1461	
VOYAGE		OVL-3340	2015
VOYAGE		OVL-3342	
GOL		OVL-3341	2015

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
ÔNIBUS	MB OF 1315	KNI-8987	1992/1992
ÔNIBUS	MB OF 1318	KTU-9196	1993/1993
ÔNIBUS	MB MASCAR. GRANMIDI	MQC-4130	2006/2007
ÔNIBUS	MB OF 1318	MQI-9059	1998/1998
ÔNIBUS	VW 15.190 EOD E. HDORE	MSP-9134	2010/2011
GOL	VW 1.6 POWER	MQC-4122	2006/2006
ÔNIBUS	VW 15.190	OCV-3938	2011/2011
MICROONIBUS	IVECO CITYCLASS 70C16	MSP-9133	2010/2011
MICROONIBUS	IVECO CITYCLASS 70C16	MSP-9144	2010/2010
MICROONIBUS	IVECO CITYCLASS 70C16	MSP-9145	2010/2010
FIAT UNO	UNO MILLE WAY ECON	OVH-6260	2013/2013
FIAT SIENA	GRAND SIENA ESSENCE 1.6	OVH-6262	2013/2014
FIAT STRADA	STRADA 1.4	OVH-6261	2013/2013
FORD	F4000 3/4	MSO-2531	2019/2019
VOYAGE	VW 1.6 CONFORT L	OCV-3940	2011/2012
TOYOTA	BAND. BJ55LP BL3	LBT-4483	1997/1997
CLIO	RENAULT AUT 10 16H 3P	MQX-8711	2007/2007
FIAT STRADA	FIRE CE FLEX	MRU-6481	2008/2009
MOTO KASISKI	COMET 150 70	OCX-0839	2012/2013
ÔNIBUS		OCV-3951	2011/2012
MICROONIBUS		OCV-3950	2011/20112
MICROONIBUS		MSB-3616	2012/2013
ÔNIBUS	VW RURAL/COMPLETO	OVL-3350	2014/2014
GOL	VW GOL ESPECIAL	OVL-3345	



MICROONIBUS		MSB-3605	2012/2013
-------------	--	----------	-----------

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA PÚBLICA

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
ESP/CAMINHONETE/FECH/C.DU	I/VW AMAROK PAT. SE III	PPC-3764	2014/2014

SECRETARIA DE SAÚDE

VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCV-3955	2012/2013
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	MSP-9139	2010/2011
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCV-3944	2012/2012
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCX-0814	2012/2013
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCX-0815	2012/2013
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCX-0816	2012/2013
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	MSP-9135	2011/2011
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCV-3939	2011/2012
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	OCV-3937	2012/2012
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	MRU-6488	2009/2010
FIAT UNO	MILLE WAY ECONOMY	MSP-9136	2011/2011
FIAT DOBLÔ	DOBLÔ AMBULÂNCIA	MRU-6482	2008/2009
FIAT DOBLÔ	DOBLÔ AMBULÂNCIA	MSO-1528	2010/2010
FIAT DOBLÔ	DOBLÔ AMBULÂNCIA	MST-6046	2010/2011
FIAT DOBLÔ	DOBLÔ AMBULÂNCIA	MSO-1530	2010/2010
FIAT DUCATO	DUCATO MINIBUS	MSP-9137	2010/2011
VOLKSWAGEM SAVEIRO	SAVEIRO AMBULÂNCIA 1.6	MRH-0837	2007/2007
VOLKSWAGEM MASCARELLO	MASCARELLO GRANMINI	MRU-6483	2008/2008
HONDA NXR 150	NX 150 BROS ESD	MQC-4181	2007/2007
FIAT STRADA	STRADA WORKING CD	MSP-9138	2010/2011
FIAT UNO	VIVACE COMPLETO 1.0	OCX-0829	2013/2013
FIAT UNO	VIVACE COMPLETO 1.0	OCX-0830	2013/2013
FIAT DOBLÔ	ATTRACTIV 1.4	OYF-9074	2014/2014



SECRETARIA DE AGRICULTURA			
VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
FIAT UNO (ESTADO)	ESTADO	MSK-7712	
FIAT UNO (ESTADO)	ESTADO	MSK-7613	
GOL VW	VW 1.0	MPZ-3997	2005/2005
MOTO	XLR 125	MPW-4383	1998/1998
MOTO	XLR 125	MPW-4363	1998/1998
MOTO	XLR 125	MPW-4373	1998/1998
CAMINHÃO	CAR. CARROC. ABERTA	MQP-0120	1998/1999
CAMINHÃO	MB 710	MTP-0086	2002/2002
PARATI	VW 1.6 CITY	MPZ-3998	2005/2005
MOTO	HONDA CG 150 TITAN KS	MQC-4172	2005/2006
MOTO	HONDA NXR 125 BROS KS	MQC-4174	2005/2005
CAMINHONETE (MAHINDRA)	BRAMONT HWKCS34	OCX-0825	(TRINDADE) 2012/2013
CAMINHÃO		OCV-3945	
SAVEIRO		OCV-3936	
FIESTA		MRA-4131	
FIESTA		MRA-4221	
FORD COURRIER		MTU-1483	
FIAT UNO		MTX-5932	
MICROTRATOR KAWASHIMA		11107	
RETRO ESCAVADEIRA	MF 750 (2)		
RETRO ESCAVADEIRA	MF 750 (1)		
TRATOR AGRICOLA (1)			
TRATOR TRAMONTINI			
RETRO VOLVO (2)			
MICROTRATOR COIOTE			
MICROTRATOR TRAMONTINI			
TRATOR VALTRA			
TRATOR AGRICOLA (2)			
TRATOR AGRICOLA (3)			
TRATOR AGRICOLA MF			



RETRO JCB (1)			
RETRO JCB (2)			

SECRETARIA INTERIOR TRANSPORTE			
VEÍCULO	MODELO	PLACA	ANO/MODELO
CAMINHÃO IVECO		MSP-9148	2010/2010
CAMINHÃO	VW WORK 13.180	MSP-9142	2009/2010
CAMINHÃO	MERCEDES TRUCADO	OVL-3339	2014
CAMINHÃO		OCV-3946	BATIDO
CAMINHÃO	VW 6.90	BWN-3466	1986 ALUGADO
FORD	CARGO 1723-PIPA	OVH-6258	
FIAT UNO		MSK-7712	
FIAT UNO	MILLE SMART	MTP-2003	2001/2001
TOYOTA BANDEIRANTES		MPW-6850	1998
PICK UP MITSUBISHI	L200 GL-C DUPLA	MQF-1819	
PICK UP MITSUBISHI	L200 GL-C DUPLA	MQF-1820	
PICK UP CHEVROLET	S 10	MTP-9009	2008
ROLO COMPACTADOR CARTEPILAR			
PA CARREGADEIRA VOLVO	L-60F		
RETRO RANDON	RK 406 B MOTOR TURBINADO		
RETRO VOLVO BL-60			
RETRO VOLVO BL-60	SERIE 11441		
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO	EC 140 LC		
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA VOLVO	EC 140 LC NR		
MOTONIVELADORA CARTEPILLAR 120H			
MOTONIVELADORA FIAT ALLIS FG 70			
MOTONIVELADORA HOUBER WABCO			



MOTONIVELADORA VOLVO	G930 SERIE 503063		
MOTONIVELADORA VOLVO	G930 SERIE 503194		
MOTONIVELADORA VOLVO	G 930 SERIE 503201		
MOTONIVELADORA VOLVO	G930 SERIE 503255		
MOTONIVELADORA VOLVO	G 930		2007